REQUERIMENTO N°, DE 2023/CPMI - 8 de Janeiro

Postula seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI o senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça - MJ

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento o senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça - MJ, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

A organização do movimento havia sido monitorada previamente pelo Governo Federal, que determinara, inclusive, o uso da Força Nacional na região. Não foi por outro motivo, aliás, que, pela manhã de domingo (8.jan), 3 ônibus de agentes de segurança estavam mobilizados na Esplanada. Mas não foram suficientes para conter a invasão dos radicais na sede do Legislativo.

Ademais, o ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, disse não ter recebido mensagens do ministro da Justiça, Flávio Dino, *“alertando sobre possível ocorrência de atentado”* no 8 de Janeiro.

De outro lado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que não poderia ter evitado os atos do 8 de Janeiro. *“Esclareço, mais uma vez, que o Ministério da Justiça não comanda policiamento ostensivo nem segurança institucional. A não ser em caso de intervenção federal, que ocorreu na tarde do dia 8”*, disse o ministro em seu perfil do Twitter.

Ademais, em entrevista no dia 11 de janeiro, Dino disse: *“Falar que não havia Plano B na verdade é ignorar os dados que repito, constam do meu Twitter na 6ª, no sábado. Havia alertas? Sim, havia. Como já houve dezenas de outros, mas havia uma*

garantia do governo local, competente para isto e que recebe apoio financeiro para isso. E esta garantia foi dada a quem, a mim? Sim, claro. Mas também foi dada ao presidente do Senado, ao presidente da Câmara e à presidente do Supremo”.

De fato, as invasões em Brasília decorreram de erros sequenciais tanto de Ibaneis Rocha quanto de Flávio Dino. Por um lado, o governador afastado de Brasília não supervisionou a instalação das tropas da PM e, por outro, o ministro da Justiça tampouco cobrou reforços na manhã de domingo (8.jan.2023).

Posto isso, considera-se que o senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça - MJ, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões,

IZALCI LUCAS
SENADOR – PSDB/DF